



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Federal
Brasília - D.F.

Ofício n. 43/2014-GPR.

Brasília, 23 de janeiro de 2014.

Ao Exmo. Sr.

Ministro **Ricardo Lewandowski**

Presidente em exercício do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Brasília - DF

Assunto: PJe. Problemas técnicos. Realização de testes de vulnerabilidade e estabilidade do sistema.

Senhor Presidente.

Ao cumprimentar V.Exa., renovo considerações acerca dos problemas técnicos verificados no sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJe, especialmente no dia 15 de janeiro passado, ocasionado por nova atualização de segurança no *software* Java.

Inicialmente, cumpre evidenciar, ao contrário do que afirmado na notícia constante no sítio eletrônico do e. Conselho Nacional de Justiça, divulgada no dia 21.01.2014 – *Usuários do PJe devem atualizar o Java de seus computadores* –, que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não possui qualquer registro do recebimento de informações acerca da necessidade de atualização do referido programa ou mesmo de procedimento “(passo a passo)” para tal atualização.

Com efeito, foram relatadas a esta Entidade por suas Seccionais e diversos advogados de todo o País gravíssimas inconsistências e a efetiva indisponibilidade de acesso ao PJe, somando-se, também, o lamentável registro de que sequer os próprios tribunais tinham ciência da atualização citada e das conseqüentes dificuldades geradas pelo procedimento correspondente, mostrando-se, *permissa maxima venia*, incapazes de solucionar ou minimizar os problemas ou de simplesmente orientar os advogados e demais jurisdicionados.

Pelo exposto, visando à preservação dos direitos e garantias fundamentais, do devido processo legal e da segurança jurídica, requer o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que o e. Conselho Nacional de Justiça determine a realização de testes públicos de vulnerabilidade e estabilidade no referido sistema, por meio de órgãos independentes.

Colho o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Marcus Vinícius Furtado Coêlho
Presidente